

# Renovações da Polícia em Angola: cooperação e formação internacional<sup>1</sup>

CRISTINA UDELSMANN RODRIGUES

*Investigadora Sénior Nordisk Afrikainstitutet – Suécia  
cristina.udelsmann.rodrigues@nai.uu.se*

**Resumo:** A formação de oficiais de polícia angolanos no âmbito de diversos programas de cooperação internacional concorre para a construção de um modelo original de polícia no país. O final da guerra, a criação de estruturas de formação no país e a elaboração de políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento da polícia nacional conduzem a renovação no sector, assente sobre um modelo de certa forma híbrido fruto de variadas influências progressivamente incorporadas ao longo dos anos. Este artigo analisa estas transformações tendo como base dados recolhidos em Angola no âmbito de uma pesquisa mais ampla sobre o contexto da cooperação internacional na área da formação de oficiais.

**Palavras-chave:** Polícia Nacional de Angola; Cooperação internacional; Modelo de policiamento; Formação.

**Abstract:** The training of Angolan police officers under various international cooperation programs contributes to the construction of an original policing model in the country. The end of the war, the creation of training facilities in the country and the development of public policies favourable to the development of the national police lead to the renewal of the sector based on a model in a way hybrid as a result of various influences progressively built over the years. This article analyses these changes based on data collected in Angola as part of a wider research

---

<sup>1</sup> Uma versão anterior deste artigo foi publicada na Revista Brasileira de Segurança Pública (Vol. 9 (1), páginas 102-121, ISSN 1981-1659).

about the context of international cooperation in the area of training of police officers.

**Keywords:** National Police of Angola; International cooperation; policing model; training.

## Introdução

A formação de oficiais de polícia angolanos no âmbito dos diversos programas de cooperação internacional desenvolvidos ao longo dos últimos anos concorre para a existência de competências e influências diversificadas que, na sua combinação, dão forma a um modelo original angolano. Ao longo dos diversos períodos de cooperação no campo da formação policial, foram múltiplas as interinfluências que se combinaram, quer por via da contratação de formadores internacionais quer através da formação de angolanos no exterior. Neste último caso, no seu regresso, os oficiais angolanos formados noutros países transportam para Angola e para a sua actividade diversas novas perspectivas associadas à formação recebida, contribuindo para renovações no campo do trabalho policial. A circulação entre países e culturas diferentes no âmbito da formação internacional tem influência não só ao nível das competências e conhecimentos técnicos adquiridos, mas também ao nível individual, o que faz com que seja multifacetada a transformação estimulada pela formação internacional. No conjunto das mudanças operadas, destaca-se a transformação dos modelos de trabalho e por decorrência do modelo policial em geral, que em Angola coincide também com um contexto de mudança global da sociedade.

Este artigo, para além de fornecer uma breve perspectiva geral sobre a transformação dos modelos policiais ao longo dos anos, analisa alguns percursos individuais relacionados com a formação superior de oficiais da polícia angolana fora do país, discutindo a integração e adaptação de modelos de trabalho e de formas de pensar o trabalho policial. Resulta de uma investigação no âmbito do projeto multidisciplinar *Circulações de Polícias em Portugal, África Lusófona e Brasil*, levado a cabo no Instituto de Ciências Sociais de Lisboa<sup>2</sup>. De forma integrada com os

---

<sup>2</sup> Projecto *COPP-LAB: Circulações de Polícias em Portugal, África Lusófona e Brasil*, com apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/IVC-ANT/5314/2012) em execução durante 30 meses entre 2013 e 2015 no ICS-UL, coordenado por Susana Durão.

objetivos do projeto, pretende-se com esta análise contribuir para a discussão de temas relacionados com a mobilidade e as migrações, focando nas questões da qualificação e da “circulação de cérebros” no âmbito da cooperação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Esta análise amplia-se às dinâmicas de transformação dos modelos policiais e do papel que a cooperação tem no seu conjunto, nomeadamente na construção de um modelo de actuação mais moderno, próximo do cidadão e com maior ênfase nas questões relacionadas com direitos.

A perspectiva de análise centra-se na constatação de que a formação fora de Angola, à semelhança da formação realizada em Angola no âmbito de cooperações internacionais, contribui não só para profundas mudanças individuais dos oficiais, no que diz respeito a valores e atitudes, como também para mudanças nas formas de trabalho, conduzindo a renovações ao nível do sector em geral. Esta dinâmica de intercâmbios e de múltiplas colaborações e influências internacionais resulta numa certa originalidade angolana, produto da adaptação aos contextos e à história do país, concorrendo para a construção de um modelo original, considerado pelos oficiais entrevistados como “verdadeiramente angolano”. Esta perspectiva corrobora a ideia de que as noções “ocidentais” de polícia possuem traduções específicas no contexto do Sul global (Hills 2014b), mesmo que por vezes haja o risco de esta “adaptação” não resultar numa construção do Estado ou em desenvolvimento (Hills 2014a) ou nas dinâmicas antecipadas noutros contextos do Norte global (Marks 2002, Baker 2012).

A análise baseia-se em dados quantitativos e qualitativos obtidos através de pesquisa documental e pesquisa de campo envolvendo entrevistas em profundidade com polícias angolanos<sup>3</sup>, na sua maioria formados em Portugal. A selecção dos entrevistados foi realizada em articulação com instâncias policiais angolanas – Comando Geral da PNA e Instituto Superior de Ciências Policiais – e através da indicação sucessiva por parte dos entrevistados de informantes-chave, estratégia que se revelou bastante eficaz tendo em conta o contexto angolano de país saído de uma guerra civil duradoura e com muitos problemas de criminalidade associados sobretudo ao crescimento urbano explosivo. A referência aos entrevistados, ao longo do texto, é abreviada, de forma a permitir, por um lado, identificar de um modo simples o tipo de pessoa entrevistada e, por outro, preservar o seu anonimato.

---

<sup>3</sup> A pesquisa teve lugar em Luanda em Abril e Maio de 2014. No total, foram entrevistados 24 oficiais, sendo 22 do sexo masculino, com idades entre os 30 e os 60 anos.

## Mobilidade e formação: efeitos objetivos e subjetivos

O processo de globalização dos sistemas de mobilidade de pessoas iniciou-se no final dos anos 1970 (Urry 2007), implicando crescentemente fluxos migratórios variados e envolvendo países de diversos contextos sociais e económicos (Appadurai 1996). Nos países em desenvolvimento, as transferências quer de tipo monetário quer de conhecimentos que ocorrem devido às migrações ou no regresso dos migrantes são quase sempre perspectivadas como um balanço positivo, pese embora os seus efeitos, em alguns casos, em termos da fuga de cérebros (Ammassari 2004, De Haas 2007, 2010, Di Maria & Lazarova 2012). A partir desta “perspectiva do Sul” há que questionar ainda se estes efeitos são aproveitados e potenciados da melhor forma tendo em conta que em diversos contextos muitas outras mudanças conducentes ao desenvolvimento ainda estão por acontecer, nomeadamente reformas em termos de propriedade fundiária, combate à corrupção, melhorias em termos de transportes e comunicações, saúde, educação ou bem-estar (Castles & Wise 2007: 10), entre outras. Existe um interesse renovado entre os agentes de desenvolvimento no sentido de olhar para as migrações não só em função dos efeitos que as remessas têm objectivamente como instrumentos de desenvolvimento (Galletto 2011), mas também para as possibilidades de utilizar a migração de retorno como um *brain gain* (Olesen 2002, Skeldon 2008, Le & Bodman 2011), como forma privilegiada de intercâmbio de conhecimentos (Kolstad & Wiig 2013) e como acesso e interligação a redes internacionais (Plaza & Ratha 2011, Ratha et al. 2011). A mobilidade internacional de talento inclui as noções de *brain drain* e de circulação de cérebros (Solimano 2008, Bollard et al. 2009, Beine et al. 2011) integrando as diversas possibilidades de intercâmbio por meio da formação. Objectivamente são, portanto, diversos os factores considerados positivos no âmbito das migrações internacionais mas são igualmente variados os aspectos subjectivos, ligados ao conhecimento e às competências, que podem contribuir positivamente para o desenvolvimento dos países de origem dos migrantes, factores estes nem sempre evidentes.

Também a emigração angolana gera efeitos directos importantes através das remessas enviadas para Angola pelos membros migrantes das famílias (Tinajero 2009), inclusive pelos estudantes beneficiários de bolsas de estudo (Faria 2009, Costa & Faria 2012). No regresso, essa migração traz ainda para o país um conjunto de competências técnicas e profissionais que contribuem para um saldo globalmente positivo entre

o investimento e o retorno, assumindo-se em grande parte dos casos como *brain gain* (Baganha 2009, Ferreira et al 2008). Ao entender a migração para estudo no exterior – à semelhança do que acontece com a migração por outros motivos – como um “campo de intensa reformulação de identidades e de contatos com a diferença, reforçando um sentido de identidade ‘estrangeirada’ de matiz europeu, que será reconfigurado no momento de retorno e de reingresso na sociedade angolana” (Faria 2009: 61), reconhece-se ainda a importância da transformação individual bem como os seus potenciais efeitos na sociedade (Costa 2012). Existe um reconhecimento de que a formação no exterior produz alterações na prática laboral e também na vida familiar e social: “até aos meus filhos transmito os valores que adquiri, de disciplina, de ambicionar uma formação” (O. B., oficial formado em Portugal, Maio 2014). Este conjunto de aspectos objectivos e subjectivos implicados na migração é por decorrência também parte integrante dos processos de cooperação na área da formação. A circulação de conhecimento através de actividades de formação no âmbito de protocolos internacionais é por isso passível de gerar transformações objetivas e subjetivas nas sociedades, na medida em que, agarradas aos conhecimentos técnicos, são também disseminadas ideias e perspectivas de carácter subjetivo, relacionadas com formas de pensar a economia ou a sociedade, valores, entre outros.

No segmento específico dos oficiais de polícia, a combinação de conhecimentos e competências adquiridos produz efeitos mais amplos, particularmente em termos da construção e renovação do modelo de polícia. Em Angola, este integra influências de diversas experiências de actuação e formação, combinando ao longo de diversos períodos perspectivas ora mais ou menos democráticas da sociedade e da polícia, dos modos de actuação e gestão diversificados, mais e menos militarizados, constituindo-se como resposta às mudanças sociais, políticas e económicas que têm lugar no país. Reconhece-se frequentemente que as reformas e as respectivas formações, preconizadas pelos países em desenvolvimento, possuem capacidade limitada de mudar as sociedades e a forma como atuam as suas forças policiais, como são exemplo alguns países que aparentemente continuam a ter uma polícia brutal e corrupta, apesar das reformas e do apoio externo (Hills 2008). As políticas públicas não representam, assim, uma condição determinante para que a mudança ocorra, embora sejam fundamentais em muitos e diversos aspectos. No que se refere a transformações de carácter social ou cultural, os ritmos e a profundidade da mudança variam consoante os contextos e são, de uma forma geral, de longo prazo e menos evidentes.

## **Cooperação internacional na área da formação de oficiais angolanos**

Logo após a independência em 1975, no contexto do início da guerra civil angolana e no quadro mais amplo da Guerra Fria e da constituição dos blocos capitalista e socialista – este último onde se enquadrou Angola nesta altura – iniciam-se os primeiros acordos de cooperação internacional visando a formação de quadros, sendo o primeiro celebrado com Cuba. Esta colaboração foi a mais duradoura, quase exclusiva até os anos 1990, quando se iniciaram outras cooperações, que coincidiram com a abertura do país ao multipartidarismo acompanhada de liberalização económica. Angola desenvolveu ao longo dos anos várias cooperações internacionais de formação policial, sobretudo como país receptor de formação. O maior contingente no âmbito da cooperação internacional foi formado em Cuba – ou em Angola por instrutores cubanos – sobretudo ao nível da formação básica e de algumas especialidades, resultado dos acordos estratégicos e políticos de longa data. Actualmente, contudo, em termos da formação de quadros destaca-se a cooperação não só com Cuba, mas também com Portugal, Espanha, Brasil, Rússia, Moçambique, Cabo Verde e Israel (Sá 2013). A cooperação com Cuba é a mais geral e sobretudo de nível básico enquanto a que é realizada com países como Portugal ou Espanha é considerada mais especializada. Em Portugal, esta formação é especificamente orientada para as ciências policiais e para a formação de nível superior, tendo uma duração de cinco anos e, desde o processo de Bologna, com equivalência a mestrado.

A cooperação com Portugal iniciou-se apenas em 1997, inserida no programa bilateral baseado no Acordo Especial de Cooperação em Matéria de Segurança Interna, assinado entre o Ministério do Interior de Angola e o Ministério da Administração Interna de Portugal (Governo de Portugal 1997). No âmbito desta cooperação, ficou estabelecida a participação de alunos angolanos nos cursos de oficiais ministrados pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), em Lisboa, que já se tinham iniciado em 1993. Desde essa data, o ISCPSI já formou 47 oficiais, licenciados e, mais recentemente, mestres. Em 2013, nove alunos angolanos frequentavam o instituto. Os alunos angolanos representam 43% do total de formandos cooperantes desde o início do curso até 2013, embora o número de formandos ao longo dos anos tenha diminuído. Em comparação com outras formações noutros países, os oficiais referem que o curso em Portugal é mais exigente, de maior nível e reconhecimento internacional, constituindo-se como factor

de distinção e de prestígio:

Não são todos que terminam [a formação] (N. C., oficial formado em Portugal, Maio 2014).

O nível de exigência [em Portugal] felizmente foi elevado, o que inculuiu em nós aspectos como responsabilidade e profissionalismo, o que permitiu que muitos destes estudantes tenham hoje cargos de responsabilidade (M. F., oficial formado em Portugal, Maio 2014).

São, contudo, vários os países em que os oficiais angolanos são formados e em diferentes áreas para além das ciências policiais. No plano mais global, a polícia angolana participa de reuniões de chefes de polícia da CPLP (Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa), da SADC (Southern African Development Community) e da SARPCOO (Southern African Regional Police Chiefs Cooperation Organisation), co-operando também com a Interpol e com a Europol. A cooperação policial internacional angolana é gerida pela Direção Geral da Administração Interna. Angola é igualmente um país formador bastante reconhecido na região. A Polícia Nacional de Angola (PNA) forma agentes em diversas áreas e níveis em países lusófonos – São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau – e na Guiné Equatorial, Congo Brazzaville, República Democrática do Congo e Namíbia.

No geral, continua a ser significativo o número de alunos angolanos a estudar fora do país, bem como o dos alunos que, em Angola, recebem formação ministrada por professores estrangeiros.

**Quadro 1** – Número de oficiais de polícia formados no âmbito de acordos de cooperação em 2014

	Alunos em Angola	Alunos no exterior
Ministério do Interior de Cuba	4.474	184
Administração Interna de Portugal	234	10
Ministério do Interior de Espanha	152	16
Moçambique		8
Brasil		34
Cabo Verde		4
SARPCOO (vários países)		176
<b>Total</b>	<b>4.860</b>	<b>432</b>

A cooperação com Cuba é a mais antiga e a mais contínua e por isso mesmo envolve o intercâmbio de contingentes significativos de docentes e discentes. Embora Angola tenha saído do bloco e modelo político socialista há vários anos, mantém a colaboração nesta área de forma intensa, como em várias outras áreas da educação, facto que será mais adiante discutido. O predomínio do contingente formado em Cuba e a intensidade da formação em cursos técnicos oferecidos nesse país continuam a marcar o modelo e a forma de actuação e trabalho da polícia em Angola, daí que a integração e a transmissão de outros procedimentos, valores, modelos, encontre resistências em sectores específicos e se processe paulatinamente.

Apesar do distanciamento de Portugal nos anos 1980, fruto da descolonização, e de a cooperação com Cuba se ter destacado, a “reaproximação” entre Angola e Portugal bem como com outros países europeus como a Espanha, significou a possibilidade de uma reaproximação dos sistemas modernos de trabalho policial dos países ocidentais. O facto de alguns oficiais terem feito formação na Europa permite, por exemplo, que tenham acesso a cursos de mestrado europeus, em áreas jurídicas e criminais, o que de outra forma seriam muito difícil com base nos diplomas obtidos em Angola ou mesmo em Cuba. Apesar de ser mais elevado o peso de Cuba no total da formação no âmbito de cooperações internacionais, ao nível da formação superior os cursos realizados em Cuba são considerados comparativamente menos exigentes:

Por exemplo, uma tese de mestrado [em Cuba] tem 40 páginas e é muito mais fácil do que fazer uma tese em Portugal (A. S., oficial formada em Portugal, Abril 2014).

Estou a fazer um mestrado em Cuba; vem cá um professor cubano e orienta as teses. Fazemos o mestrado à distância. Depois iremos fazer a defesa. Podemos escrever as teses em português. Mas não é a mesma coisa porque não é presencial (N. C., oficial formado em Portugal, Maio 2014).

Tendo em conta que a formação policial foi predominantemente realizada ao longo dos anos no âmbito de cooperações internacionais diversificadas, o modelo que caracteriza de uma forma geral o país hoje é de certa forma híbrido, com múltiplas influências bem marcadas. A sua configuração e renovações acompanham e adaptam-se ainda a importantes transformações da sociedade e da economia.

## **Construção do modelo angolano: influências diversas e originalidade**

### *Transformações da polícia em Angola*

A constituição de um corpo policial em Angola data do período colonial, podendo 1837 ser considerado como ano da sua formação, quando foi criada a Companhia de Segurança Pública pelo então Governador-geral Manuel Bernardes Vidal (Sá 2013). O Corpo de Polícia de Luanda foi constituído 50 anos mais tarde e evoluiu depois para uma Companhia de Polícia de Luanda. Em 1923 foi ainda criado um Corpo de Polícia da Província de Angola, subordinado ao Governador-geral, que foi logo substituído em 1929 pelo Corpo de Polícia de Segurança Pública de Angola (PSPA) – à semelhança da Polícia de Segurança Pública da metrópole –, que se localizava em cada um dos distritos de Luanda. Desde essa altura, autonomizaram-se as seções da Polícia Fiscal, da Investigação Criminal (PIC) e da Identificação Criminal. A partir de 1961 seguiram-se outras reorganizações internas, sobretudo devido à situação política que começava a alterar-se no país. O número de efetivos da Polícia de Segurança Pública (PSP) aumentou e foi criada a Polícia Judiciária (extinguindo-se a PIC), reforçando-se a PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a polícia do regime fascista português – e o exército.

Depois da independência em 1975, o Governo de Transição determinou que a PSPA se passasse a designar Corpo de Polícia de Angola, marcando a mudança política e social do país. Elementos e chefias dos diversos movimentos de libertação integraram este Corpo de Polícia de Angola. Contudo, com o aumento dos confrontos entre os movimentos, que conduziram à guerra civil, a polícia passou a ser reorganizada exclusivamente pelo Comandante Santana André Pitra Petroff. Em 1976, e no contexto das reformas políticas de orientação socialista, a polícia passou a designar-se Corpo de Polícia Popular de Angola e a Escola Prática de Polícia tornou-se a Escola de Polícia Mártires de Kapolo. Na época, a polícia dependia do Ministério da Defesa, mas logo em 1978 foram transferidos para a recém-criada Secretaria de Estado da Ordem Interna o Corpo de Polícia, a Polícia Judiciária, a Inspeção dos Serviços Prisionais, a Viação e Trânsito, entre outros. Isto fez com que se extinguisse o Corpo de Polícia Popular de Angola e fosse criada uma Direção Nacional da Polícia Popular, logo no ano seguinte, enquadrada ainda numa nova reorganização geral que transformava a Secretaria de Estado em Ministério do Interior, ministério que perdura até hoje. Em

1986 e sob a direção de Fernando da Piedade Dias dos Santos, foi aprovado novo regulamento para a polícia, deixando de existir a designação de Diretor Nacional, que foi substituída pela de Comandante-geral. A Polícia de Investigação Criminal, a de Inspeção e Investigação das Atividades Económicas e a Polícia de Instrução Processual foram integradas, datando, portanto, desse ano o conceito de Polícia Integral.

Em 1991, antes das primeiras eleições, a polícia angolana adquiriu a designação que mantém até hoje, Polícia Nacional de Angola. Estas alterações, ao longo dos últimos anos, ilustram as transformações por que passou a instituição: “o CPA [Corpo de Polícia de Angola] passou a CPPA [Corpo da Polícia Popular de Angola] e depois, em 1992, a PNA [Polícia Nacional de Angola]. Foi muita mudança” (A. J., oficial formado em Portugal, Maio 2014). Depois do final da guerra civil, em 2002, a PNA passou a orientar-se por um Plano de Modernização e Desenvolvimento, que inclui uma forte e prioritária componente de formação de quadros. Destaca-se, neste esforço, a criação do Instituto Médio de Ciências Policiais, que posteriormente passou a Instituto Superior de Polícia Osvaldo de Jesus Serra Van-Dúnem, e mais tarde do Instituto Médio de Ciências Policiais Santana André Pitra Petroff, em Benguela. A Polícia Nacional é chefiada por um Comandante-geral com estatuto equiparado a Vice-ministro, dependendo do Ministro do Interior, e abrangendo um Comando-geral e Comandos Provinciais<sup>4</sup>. Mantém-se, portanto, o modelo integral e a chefia máxima única que acumula um grande poder no âmbito policial, representando a originalidade e hibridismo do modelo angolano, também resultado das diversas reconfigurações ao longo da história recente.

### *Da guerra à paz, de mais a menos militar*

As funções policiais e os modos de actuação, durante a guerra civil, eram, como é expectável nestes contextos, altamente militarizados.

---

<sup>4</sup> Fazem parte do Comando-Geral: a) Órgãos de Apoio Técnico; b) Órgãos de Apoio Instrumental; c) Órgãos de Apoio Consultivo; d) Órgãos Centrais; e) Órgãos Nacionais e Regionais. A polícia compreende duas áreas operacionais – Ordem Pública e Intervenção – possuindo diversos ramos de actividade policial.

Os Comandos Provinciais incluem: a) Comandos de Divisões em Luanda e Comandos Municipais nas demais províncias; b) Esquadras Policiais; c) Postos Policiais.

A polícia, em tempo de guerra, era obrigada a agir como militar. Ajudamos muito o país nessa altura. (A. M. M., oficial, Maio 2014).

Naquela altura tínhamos armas pesadas. (J. F., oficial formado em Portugal, Maio 2014).

Em Malange, em 1992, devido à ‘desestruturação’ do exército, éramos nós que estávamos a defender a província. E sem experiência, tivemos que regressar a Luanda. (F. B., oficial formado em Portugal, Maio 2014).

Com o final da guerra, Angola assinalou o início de grandes mudanças em vários aspectos, incluindo no âmbito da função e actuação policial. Angola atravessou várias fases de reestruturação durante e após o final da guerra que implicaram transformações profundas em termos da composição dos efectivos policiais, tendo sido feita a integração de desmobilizados tanto nas forças oficiais como na segurança privada. Também foram transferidos efectivos entre as forças militares e as forças policiais. Desde essa altura, a sociedade engajou-se igualmente num processo de desarmamento da população civil, no qual participaram activamente as forças policiais. Por todo o continente, de forma geral, registou-se desde os anos 1990 um esforço por parte dos doadores para a reconstrução radical das polícias e dos sistemas de segurança, muito embora estes continuassem a ser vistos mais como defensores dos regimes políticos do que da população (Bayley 2005). Angola participou de vários programas nacionais e internacionais de reforma das forças de segurança e militares, sobretudo depois do final da guerra em 2002.

Embora se mantenha em Angola uma imagem da polícia associada à guerra e à precariedade decorrente da forma como se encontrava estruturada a instituição, há indicações de que aos poucos essa condição se tem vindo a alterar.

A maior parte dos efectivos actuais é proveniente das forças militares, temos por isso uma característica militar, essa é a nossa imagem junto da sociedade. Hoje, nota-se já a diferença [nos] polícias que não provêm das forças armadas (A. S. S., oficial formado em Portugal, Maio 2014).

Já não se trata de uma polícia com funções militares (M. F., oficial formado em Portugal, Maio 2014).

No início dos anos 1990, os currículos da formação policial estavam 80% virados para o confronto, para ‘os tiros e cambalhotas’. Com a paz, reestruturou-se tudo (L. C., oficial, Abril 2014).

Tratando-se de um processo de transformação, a polícia angolana na actualidade incorpora elementos e características de modelos e formas de actuação originárias do período de guerra e novas características, so-

bretudo fruto dos diversos intercâmbios internacionais, concretizados por meio da formação mas também relacionados com as mudanças sociais e económicas.

### *Modelo integral misto*

Tendo em conta a transformação do país e as particularidades do modelo social, político e institucional, a necessidade de elaborar um modelo de polícia adaptado às realidades locais tornou-se crescentemente evidente desde a independência do país até hoje. A necessidade de possuir um efectivo policial que consiga lidar com a diversidade social e com as variadas reconfigurações sociais, económicas e políticas não constitui uma particularidade angolana (Hills 2012). Embora Angola possua um modelo de polícia único no mundo, com várias influências que se combinam, a tendência para o alinhamento dos modelos policiais no plano mundial não deixa de se fazer notar.

O nosso modelo de polícia, integrado, é único no mundo e é bastante referido como sendo funcional e bem coordenado; vários países pensam em seguir um modelo integrado. (O. B., oficial formado em Portugal, Maio 2014).

A grande vantagem de Angola [formação policial] é que fomos buscar Espanha, Cuba, Israel, Brasil e Portugal. Temos um leque alargado, vamos beber um pouco de cada um e adaptamos à nossa realidade. (A. J., oficial formado em Portugal, Maio 2014).

O modelo policial angolano hoje é híbrido: por um lado militarizado, como o brasileiro, cubano e israelita; por outro, [com] influência portuguesa. O maior ou menor pendor depende da linha seguida pela chefia, da sua formação. (A. M. M., oficial, Maio 2014).

O modelo policial tem sido alterado, embora não de forma explícita e em função de uma orientação política específica. Resulta antes da combinação sucessiva, cumulativa ou alternada de procedimentos e modos de trabalho inspirados nas diversas cooperações e, sobretudo, em orientações de política nacional. Em alguns sectores, esta aparente indefinição é perspectivada com alguma apreensão e muitos oficiais consideram que deve primeiramente ser clarificada qual a linha que segue a cooperação e a orientação policial de Angola, que neste momento se encontra algo difusa, devido às diversas cooperações e influências.

O facto de a formação policial estar alinhada à Constituição e ao quadro legal dos países fez com que se produzissem alterações e mudanças importantes em Angola nos últimos anos, sobretudo à data da aprovação da Constituição em 2010.

A Polícia Nacional de Angola também se tem vindo a transformar em termos de estruturas de integração orientadas para os problemas sociais mais amplos, à semelhança dos modelos de polícia mais modernos. Como exemplo, o Centro Polivalente Nzoji acolhe atualmente cerca de 400 alunos, órfãos filhos de polícias, providenciando escolarização a todos os níveis. A Rede Mulher Polícia em Angola dedica-se especificamente ao trabalho relacionado com violência contra as mulheres e à advocacia para o aumento da percentagem de mulheres em cargos de decisão. As polícias dessa rede participam desde 2010 em cursos organizados pela SADC neste âmbito. Apesar das variadas heranças e mudanças sociopolíticas, estruturais e funcionais, a tendência actual geral é de adopção de um modelo de policiamento progressivamente mais moderno, baseado em valores de democracia, respeito pelos direitos individuais, proximidade com o cidadão.

Nós seguimos em geral o modelo francófono, o português; há outros países que já evoluíram, como é o caso dos que seguem o modelo anglo-saxónico. Mas nós parámos no tempo, só reagimos; mas o cidadão precisa que a polícia vá ter com ele, para prevenir (J. F., oficial formado em Portugal, Maio 2014).

Outros efeitos práticos e institucionais reconhecidos resultantes da formação no exterior de alguns dos quadros e da progressiva modernização prendem-se ao aumento global do investimento na formação, com a melhoria de serviços – em termos, por exemplo, da criação de uma divisão administrativa – ou com a criação de serviços especializados, como a brigada de segurança escolar. Uma das grandes transformações situa-se, contudo, ao nível da orientação da formação em geral que se passou a focar no policiamento de proximidade.

Estamos actualmente a trabalhar a ‘proximidade’. É um processo que exige não só da polícia mas também a coordenação com outras instituições públicas e privadas, que estes parceiros também trabalhem na área da segurança, para que a população possa sentir que pode melhorar a própria polícia e a segurança (A. S. S., oficial formado em Portugal, Maio 2014).

A renovação é evidente tendo em conta as heranças recentes. Com a independência do país, Angola adoptou substancialmente modelos menos permissivos, mais autoritários e militarizados, fruto da evolução sociopolítica nacional e internacional: “a polícia angolana seguiu a PSP de Portugal logo a seguir a 1975 mas logo depois os polícias começaram a estudar em países socialistas” (F. B., oficial formado em Portugal, Maio 2014). Conjugado com o início da guerra civil, tornou-se caracteristicamente militarizada e sustentada em orientações para a intervenção, o que durou até o início dos anos 2000, quando a guerra terminou: “Formámos muita gente na região, inclusive em intervenção, somos especialistas. Temos que passar a ser vistos mais como polícia de prevenção” (J. F., oficial formado em Portugal, Maio 2014).

Actualmente, são mais notórias as orientações para o desenvolvimento de formas de envolver a comunidade na sua própria segurança, no âmbito do policiamento de proximidade, o que implica identificar as instâncias e os mecanismos possíveis e relevantes, “os líderes das comunidades” (O. Bernardo, Maio 2014).

Do ponto de vista prático não temos ainda policiamento de proximidade, policiamento comunitário; há apenas uma intenção. Ainda não foi adotado como estratégia, é ainda um modelo tradicional com grande ênfase reactiva (M. F., Maio 2014).

Atualmente estão a ser feitas muitas alterações aos regulamentos da polícia; com a paz estamos a reformar o modo de trabalho e de actuação da polícia; estamos a tentar uma maior aproximação à população. Antes os polícias comportavam-se de outra forma, por causa da guerra. Estamos nessa fase de mudança, dar ‘outra cara’ à polícia (A. F. S., Maio 2014).

As referências a uma tendência para o isomorfismo dos modelos policiais no plano mundial aplicam-se, pois, ao contexto angolano actual, pese embora a sua originalidade decorrente da história recente. Para além dos processos específicos descritos, a polícia angolana apresenta ainda diversas outras características originais. O modelo hierárquico angolano, por exemplo, é original, ou seja, não é igual ao português nem ao cubano, os principais países cooperantes nesta área, tendo-se constituído de forma articulada. Por exemplo, em países como Portugal, o salário pode resultar de uma combinação entre posto e anos de serviços, enquanto em Angola o posto é determinante, inclusive para aceder a outras regalias como carros, casas de função, serviços domésticos. A carreira policial de oficiais em Angola integra três níveis, sendo o cargo mais alto o de Comissário-geral.

**Quadro 2** – Classes e patentes da PNA – 2014.

<b>Oficiais comissários</b>	Comissário-chefe*	Comissário	Subcomissário
<b>Oficiais superiores</b>	Superintendente-chefe	Superintendente	Intendente
<b>Oficiais subalternos</b>	Inspector-chefe	Inspector	Subinspector
<b>Subchefes</b>	1.º Subchefe	2.º Subchefe	3.º Subchefe
<b>Agentes</b>	Agente de 1.ª classe	Agente de 2.ª classe	Agente

Fonte: Sá, 2013; \*Equivalente a General.

No plano mundial, regista-se uma certa “tendência para a uniformização dos postos na carreira policial” (R. C., oficial de ligação da polícia portuguesa em Angola, Junho 2014), bem como de outros aspectos como o fardamento, equipamento, sinais de trânsito, etc. – que Angola adquire em Portugal porque é o de tipo Europeu/internacional que a polícia nacional adoptou. Subsistem, contudo, aspectos fortemente imbricados nas especificidades do país e das suas estruturas de segurança, como a necessidade de equiparação dos postos da polícia aos das Forças Armadas, associada à equiparação de estatutos e remunerações.

A replicação do modelo e sistema angolano, bem como a sua renovação, processam-se no âmbito das estruturas próprias da polícia, entre as quais se destacam as instâncias de formação. A formação em Angola, em geral, e a formação policial, em particular, encontram-se em franco crescimento. Na área policial existem atualmente o Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais *General Osvaldo de Jesus Serra Van-Dúnem* (ISCPC); o Instituto Médio de Ciências Policiais *Comandante Santana André Pitra, Petrof* (IMCP, Benguela); a Escola Nacional de Polícia de Ordem Pública (ENPOP); a Escola Nacional de Polícia de Proteção e Intervenção (ENPPI); e o Centro de Formação Regional Norte (CRN). Ou seja, “um sistema progressivo bastante completo, do Nzoji ao ISCPC” (A. L., director do ISCPC, Abril 2014).

**Quadro 3** – Número de salas e formandos segundo instituições de formação policial – 2014

<b>Instituição</b>	<b>Salas disponíveis</b>	<b>Formandos</b>
Escola Nacional de Polícia de Ordem Pública	16	110
Escola Nacional de Polícia de Proteção e Intervenção	*8	360
	**8	360
	***0	0
Instituto Superior de Ciências Policiais e Criminais (Luanda)	38	1.125
Instituto Médio de Ciências Policiais	16	468
Comando da Polícia de Cavalaria e Cinotécnica	1	ND
Centro de Formação Mártires do Môngua, Ambriz	4	ND
Centro Interno do CPIP	2	ND
Centro Polivalente Nzoji	20	ND

**Fonte:** DNRH/PN, 2014b; \*Sede, \*\*Centro de Formação do Kikuxi, \*\*\*Centro de Adestramento Especial.

O ISCPC, no âmbito de uma orientação muito específica de formação avançada da polícia angolana, foi criado com base num decreto presidencial (9/12, de 20 de Janeiro) “assinado pelo próprio presidente, o que mostra a sua importância” (M. F., oficial, Maio 2014), tendo entrado em funcionamento logo em 2012. Em 2013, estavam inscritos 276 alunos (47 do sexo feminino) no primeiro ano e 189 alunos (22 do sexo feminino) no segundo ano. De entre estes últimos, 168 já se encontravam graduados em 2015, os primeiros em Angola desde sempre.

### **Mudança em Angola e mudança na polícia**

Como assinalado, com a paz a polícia angolana começou a mudar, sobretudo por meio da integração de modelos e experiências alternativas ao contexto militarizado, mais modernos e mais alinhados a contextos

democráticos. “Houve indivíduos que trouxeram outra maneira de pensar a polícia” (F. B., oficial formado em Portugal, Maio 2014). A transformação dos modelos de trabalho policial encontra sustento sobretudo nas mudanças do contexto sociopolítico angolano, embora essas mudanças, tal como é tendência noutros contextos similares (Marks 2002), não se processem de forma radical – ou seja, algumas respostas repressivas e violentas continuam a ser comuns. Constata-se, de forma global – sem investigar de forma profunda os diversos quotidianos de trabalho policial em Angola, trabalho que ainda é necessário realizar – que a polícia angolana aparentemente se tornou mais tolerante e orientada para modelos modernos baseados em valores democráticos em relação ao que era no contexto recente de guerra. Embora o ambiente legal e institucional seja também mais favorável, estas mudanças ocorrem de acordo com uma conjugação de oportunidades e mudanças estruturais na polícia. Por um lado, essa mudança contribui para uma imagem da polícia mais positiva, sobretudo com base no maior grau geral de formação dos efectivos. A imagem pública generalizada de suspeição da polícia é, contudo, difícil de transformar de forma rápida, sobretudo em relação à de trânsito e, por exemplo, em relação à polícia que executa os despejos para a construção dos novos bairros. Muitas memórias negativas persistem associadas à polícia, que no tempo da guerra “fazia limpezas” em determinados bairros:

As pessoas têm uma imagem negativa da polícia porque acham que não chega a tempo [às ocorrências], querem que a polícia esteja sempre presente (M. I., oficial Maio 2014).

Houve muitos maus polícias que deixaram muitas marcas junto da comunidade. A imagem ainda é negativa (J. F., oficial formado em Portugal, Maio 2014).

Apesar destas heranças, assinalam-se transformações, sendo gradualmente consolidada uma nova imagem de profissionalismo, por exemplo com a condução e organização de grandes eventos, como campeonatos desportivos, reuniões internacionais, a visita relativamente recente do Papa a Angola, as eleições, entre outros. A polícia recorre cada vez mais a novos modelos de actuação e a novas técnicas e a mudança opera-se de forma progressiva: “a imagem da polícia em Luanda varia. Na Baixa, a população ainda confia um pouco mais, porque o policiamento de proximidade começou na Baixa. Na periferia têm algumas reticências” (M. P. J., oficial formada em Portugal, Maio 2014). Esta transformação deve-se em grande parte à formação de oficiais em países que seguem modelos

e métodos mais modernos de trabalho policial e também à experiência de vida associada a esta formação. Uma das experiências consideradas mais importantes por parte dos oficiais que estudaram em Portugal, por exemplo, foi a vivência num país democrático, com alternância política, sobretudo entre os alunos dos cursos anteriores a 2002, quando Angola ainda se encontrava em guerra. A experiência em Portugal, neste campo, difere substancialmente da experiência de formação em Cuba, que mantinha na altura um regime de orientação autoritária e militarizada. Para os oficiais angolanos, esta transformação trouxe também implicações para o trabalho policial que depois iniciaram em Angola.

Por outro lado, a transformação deve-se ao aumento das exigências de habilitações literárias para a entrada nas forças policiais em geral. Nas escolas de polícia, de acordo com o regulamento actual, é exigida uma formação mínima da 6.<sup>a</sup> classe para o ingresso no curso básico de polícia e da 12.<sup>a</sup> classe, para o curso de oficiais, o que não acontecia por exemplo no tempo de guerra. Adicionalmente, são realizadas provas de admissão, sendo vários candidatos excluídos nos processos concursais.

Outra dimensão fundamental da transformação da polícia está relacionada com políticas públicas de reforço da mudança institucional que sustentam um modelo policial mais moderno. Em termos da actuação, regista-se uma tendência geral para a incorporação de métodos mais actuais: “a polícia hoje é mais ‘cerebral’ e menos rapel e ginástica” (M. F., oficial formado em Portugal, Abril 2014). “Já emprega mais cientificidade na sua actuação” (O. B., oficial formado em Portugal, Maio 2014). “Actualmente a formação policial deve acompanhar a evolução da sociedade e da economia, já que “aumentam os crimes de colarinho branco e, com a maior atractividade do país devido ao seu crescimento, aumenta o número de estrangeiros, de imigração” (A. C., oficial formado em Portugal, Abril 2014).

Apesar destas tendências em termos de orientação, a implementação efectiva deste tipo de modelo ainda se depara com muitas dificuldades, não só formais e institucionais, mas sobretudo em termos do contexto social e cultural:

Falta ainda muita sensibilização da população, mais trabalho com a comunidade, mais trabalho com a comunicação social, mais programas educativos (A. S., oficial formado em Portugal, Abril 2014).

A polícia tem uma função pedagógica, deve estar próximo do cidadão. Mas isso ainda requer muito trabalho para efetivamente ser feito em Angola (A. J., oficial formado em Portugal, Maio 2014).

Por outro lado, o modelo carece de uma abordagem no sentido de melhor adaptação à realidade, de modo a tornar-se eficaz em relação aos objectivos estabelecidos: “uma das desvantagens do policiamento de proximidade em Angola é a possibilidade de as pessoas ‘conversarem’ muito, terem muita confiança” (J. F., oficial formado em Portugal, Maio 2014). Apesar das circunstâncias, a necessidade de um policiamento de proximidade, mais moderno, menos militarizado e menos autoritário é recorrentemente referida, nomeadamente entre os profissionais e no âmbito de reflexões acerca da sociedade angolana actual (Virgílio 2010).

Mesmo tendo em conta as interrogações quanto à implementação e ao desenvolvimento de novos modelos de actuação, ocorrem em Angola na actualidade transformações importantes em termos de políticas públicas relevantes. Prevê-se que, por um lado, elas concorram para a transformação da polícia nacional e, por outro, que potencializem a mudança de valores e atitudes, de certa forma já em curso entre os oficiais e mesmo entre os polícias com formação avançada. Estas mudanças no contexto concorrem, de certa forma, para o fortalecimento das influências trazidas da formação superior e da interiorização de modelos de trabalho mais modernos. Uma mudança importante a este nível verificou-se em termos da valorização profissional. Em 2014 foi realizado um aumento muito significativo dos salários dos polícias – passando o mínimo de 30.000 ou 40.000 Kwanzas para 95.000 – o que é visto como uma medida importante para a redução da corrupção. Ainda, foi aprovado em Fevereiro de 2014 um novo regulamento disciplinar, mais severo, mais punitivo. Estas medidas e a transformação que paulatinamente se opera na PNA devem-se em grande parte à elaboração e colocação em prática do Plano de Modernização e Desenvolvimento da Polícia Nacional (PMDPN, 2002-2012, em vigor), que foca na racionalização e optimização do funcionamento interno da Polícia Nacional; na elevação do nível de formação técnico-profissional (formação inicial e contínua) e cultural dos recursos humanos; na modernização técnica, logística e infraestrutural; na melhoria das condições sociais dos efetivos; na contenção da taxa de criminalidade; na contenção da sinistralidade rodoviária. “A partir de 2003 mudaram muito as condições de vida dos polícias, mudaram e muito, são muito melhores” (A. J., oficial formado em Portugal, Maio 2014). Estas medidas sustentam a maior responsabilização dos agentes e a elevação da função policial, embora permaneçam outras mudanças por operar: “tem que se melhorar a atitude dos polícias em relação ao Estado; pensamos que como as coisas são do Estado não temos que cuidar, como com os carros. Mas isto deve mudar aos poucos nos próximos

anos” (A. J., oficial formado em Portugal, Maio 2014). Finalmente, e ainda no plano das políticas públicas, a aposta na formação em Angola e o desenvolvimento das estruturas formativas e educacionais na área policial insere-se na e ao mesmo tempo concorre para a mudança social e profissional da polícia, sendo considerada uma das principais áreas para a mudança estrutural. Se actualmente muitos dos oficiais consideram que a formação superior do ISPCPC ainda tem muito por onde evoluir, ela revela já a existência de políticas e práticas voltadas para a modernização e melhoria das estruturas policiais no país, com perspectivas de sustentabilidade. Embora ainda se preveja a manutenção das diferenças em termos da formação policial entre Angola e outros países, também se perspectiva uma alteração gradual destas discrepâncias, com a melhoria da formação no país.

## **Conclusão**

A cooperação internacional na área da formação de oficiais, relativamente duradoura na história angolana recente, envolve vários países e várias influências, de características mais ou menos modernas, que concorreram para a formulação do modelo de certa forma híbrido que hoje marca o sector. A formação no exterior, bem como a contratação de professores estrangeiros no âmbito de programas de cooperação, proporcionam contatos e intercâmbios não só ao nível técnico mas envolvendo também um conjunto de perspectivas socioculturais e visões da sociedade. Estas transformações, que se combinam com as mudanças ocorridas no país, concorrem para a transformação dos modelos e formas de atuação da polícia. Embora a tendência global, enunciada e recorrentemente referida na pesquisa levada a cabo, de transformação da polícia angolana, constitua uma das várias áreas de análise das diversas transformações em curso no país, permanece a necessidade de contextualizar e aprofundar o conhecimento sobre as particularidades regionais e locais que esta transformação assume, sobre a profundidade e os ritmos de transformação nos diversos contextos, urbanos e rurais. A transformação em si decorre de diversas combinações de influências internas e externas, locais e de âmbito nacional, que apresentam variações de acordo com os diferentes contextos de trabalho policial. As múltiplas influências internacionais favoreceram a construção de um modelo de polícia singular em Angola, combinando aspectos de outras realidades com os da realidade angolana e a com as suas diversidades sociais, económicas e

políticas. Esta hibridização, moldada pelas importantes mudanças ocorridas e a ocorrer no país ao longo das últimas décadas, entre as quais se destaca o final da guerra, traduz a reorientação sociopolítica do país e a renovação das estruturas e instituições do país. Ao mesmo tempo, coloca Angola no contexto das transformações globais dos modelos de policiamento, tendencialmente mais próximos do cidadão, de orientação democratizante, de progressivo reconhecimento e respeito pelos direitos individuais ou, pelo menos, da possibilidade de maior monitorização dos mesmos. Conclui-se, ainda, que se esta transformação só se reforça e só se mostra sustentável com o desenvolvimento de instrumentos e estruturas que a suportem no plano das políticas públicas.

## Referências

- AMMASSARI, S. (2004) “From Nation-Building to Entrepreneurship: the impact of élite return migrants in Côte d’Ivoire and Ghana”, *Population, Space and Place*, 10(2): 133-154.
- APPADURAI, A. (1996) *Modernity at Large: cultural dimensions of globalization*, Delhi: Oxford University Press.
- BAGANHA, M. I. (2009) “The Lusophone Migratory System: patterns and trends”, *International Migration*, 47(3): 5-20.
- BAKER, B. (2012) “State and Substate Policing in Africa and the Boundaries Between Them”, *Global Crime*, 13(4): 276-292.
- BAYLEY, D. H. (2005) “Police Reform as Foreign Policy”, *Australian and New Zealand Journal of Criminology*, 38(2): 206-215.
- BEINE, M., DOCQUIER, F. & ODEN-DEFOORT, C. (2011) “A Panel Data Analysis of the Brain Gain”, *World Development*, 39(4): 523-532.
- BOLLARD, A. et al. (2009) “Remittances and the Brain Drain Revisited: the microdata show that more educated migrants remit more”, *Policy Research Working Paper 5113*. Washington, DC: World Bank.
- CASTLES, S. & WISE, D. (Eds.) (2008) *Migration and Development: perspectives from the south*, Geneva: International Organization for Migration.
- COSTA, A. B. (2012) “Formação de Quadros Superiores Moçambicanos em Portugal: trajetórias, identidades e redes sociais”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 23: 131-160.
- COSTA, A. B. & FARIA, M. L. (Eds.) (2012) *Formação Superior e Desenvolvimento: estudantes universitários africanos em Portugal*, Lisboa: Almedina.
- DE HAAS, H. (2010) “Migration Transitions: a theoretical and empirical inquiry into the developmental drivers of international migration”, *IMI Working Paper 24*, Oxford: International Migration Institute, University of Oxford.

- DE HAAS, H. (2007) “Migration and Development: a theoretical perspective”, *IMI Working Paper 9*, Oxford: International Migration Institute, University of Oxford.
- DI MARIA, C. & LAZAROVA, E. A. (2012) “Migration, Human Capital Formation, and Growth: an empirical investigation”, *World Development*, 40(5): 938-955.
- DNRH/PN – Direcção Nacional de Recursos Humanos da Polícia Nacional (2014a) *Controlo dos Bolseiros da Polícia Nacional Licenciados em Ciências Policiais – Portugal*, Luanda: Ministério do Interior.
- DNRH/PN – Direcção Nacional de Recursos Humanos da Polícia Nacional (2014b) *Directiva Anual de Preparação e Formação das Forças Policiais*, Luanda: Ministério do Interior.
- FARIA, M. L. de (2009) “Cooperação no Âmbito do Ensino Superior: ser estudante angolano em universidades portuguesas”, *Pro-Posições*, 20(1): 45-63.
- FERREIRA, E. S., LOPES, C. M. & MORTÁGUA, M. J. (2008) *A Diáspora Angolana em Portugal: caminhos de retorno*, Lisboa: Principia Editora.
- GALETTO, V. (2011) “Migration and Productive Investment: a conceptual framework”, in Plaza, S. & Ratha, D. (Eds.) *Diaspora for Development in Africa*, Washington DC: The World Bank.
- GOVERNO DE ANGOLA (2012) Decreto Presidencial 9/12, de 20 de Janeiro.
- HILLS, A. (2014a) “What Is Policeness? On Being Police in Somalia”, *British Journal of Criminology*, 54(5): 765-783.
- HILLS, A. (2014b) “Somalia Works: police development as state building”, *African Affairs*, 113(450): 88-107.
- HILLS, A. (2012) “Policing a Plurality of Worlds: the Nigeria police in metropolitan Kano”, *African Affairs*, 111 (442): 46-66.
- HILLS, A. (2008) “The Dialectic of Police Reform in Nigeria”, *The Journal of Modern African Studies*, 46(2): 215-234.
- KOLSTAD, I. & WIIG, A. (2013) “Is it Both What You Know and Who You Know? Human capital, social capital and entrepreneurial success”, *Journal of International Development*, 25(5): 626-639.
- LE, T. & BODMAN, P. M. (2011) “Remittances or Technological Diffusion: which drives domestic gains from brain drain?”, *Applied Economics*, 43(18): 2277-2285.
- MARKS, M. (2002) “New Methods, New Motives? Appraising police behavioral change in a post-apartheid police unit”, *Journal of Asian and African Studies*, 37(3-5): 318-352.
- OLESEN, H. (2002) “Migration, Return, and Development: an institutional perspective”, *International Migration*, 40(5): 125-150.
- PLAZA, S. & RATHA, D. (Eds.) (2011) *Diaspora for Development in Africa*, Washington DC: The World Bank.

- RATHA, D. et al. (2011) *Leveraging Migration for Africa Remittances, Skills, and Investments*, Washington, DC: World Bank.
- REPÚBLICA PORTUGUESA (1997) Decreto-lei 25/97, de 31 de maio de 1997.
- SÁ, J. M. A. (2013) *Origem e Evolução Cronológica da Polícia em Angola (1836-2013): o papel da polícia nacional na história de Angola*, Luanda: Norprint.
- SKELDON, R. (1997) *Migration and development: a global perspective*, Longman: Essex.
- SOLIMANO, A. (2008) *The International Mobility of Talent: types, causes and development impacts*, Oxford University Press.
- TINAJERO, S. P. A. (2009) *Setting the Stage for Enhanced Development Impacts of Remittances in Angola: a study of migrant remittance flows to Angola from Portugal and South Africa, and their current use and impact on receiving households*, IAECAE/MIREX; IOM Lisbon; IOM Luanda; IOM Pretoria and Development Workshop.
- URRY, J. (2007) *Mobilities*, Cambridge: Polity Press.
- VIRGÍLIO, A. (2010) *Gestão e Organização das Forças de Segurança: a necessidade de um policiamento comunitário na sociedade angolana*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa.